

Revoluções moleculares no Brasil¹

Autor: Felipe Beltrão Torres²

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O presente artigo tem como finalidade discutir o agenciamento libidinal que reverberou em parte da população brasileira no rechaço à exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* a partir da obra de Félix Guattari, Gilles Deleuze e Michel Foucault. Para tanto, dialogaremos com alguns de seus textos, iniciando uma discussão que nos conduza à delimitação de conceitos válidos para interpretar tal acontecimento. Conceitualizaremos o capitalismo a partir de Deleuze e Guattari e discorreremos sobre a produção de subjetividade e poder na tradição foucaultiana para entender os agenciamentos micro-fascistas suscitados e culturalmente legíveis através das plataformas digitais.

Palavras-chave: biopoder; capitalismo; revolução molecular; semiótica; teoria queer.

Introdução

Pretendo compreender os fatores que ocasionaram a repercussão negativa à exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* no Santander Cultural de Porto Alegre sob a curadoria de Galdencio Fidelis e que levou ao cancelamento da referida exposição no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp). O suposto caráter ofensivo da mostra foi plasmado pela utilização de termos pejorativos e reacionários, proferidos por militantes do MBL (alguns dos quais são agentes públicos), tanto via debate nas redes sociais quanto por meio de agressões físicas aos que frequentavam o museu. Gostaria de fazer um repasse da obra de Foucault para desvelar o discurso latente no rechaço de parte da população e suas interpelações ao Estado (o que é estruturalmente análogo às políticas identitárias e sua subsequente guetização) com demandas de normalização e moralização, posto que queer é uma política re-desenhadora da geografia corporal, que cria novos espaços de ressignificação e desvela as convenções que caem sobre o

¹Artigo apresentado na DT8- Estudos Interdisciplinares do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 1 a 10 de dezembro de 2020.

² Mestrando no PPGCOM/UFPE. Email: felipe.btorres@ufpe.br

corpo (e a representação do normal), o que implica novos padrões de inteligibilidade cultural que extrapolam o modo de avaliação e técnicas de controle do modo de produção capitalista.

Me interessaria conceitualizar o capitalismo a partir de Félix Guattari e Gilles Deleuze, como operador de um sistema geral de semiotização que coloniza e semiotiza o desejo, dando assim forma ao gênero e ao corpo. Entretanto, a produção do desejo sempre é portadora de coeficientes de liberdade que sobrepõem a capacidade de recuperação por parte do capitalismo, constituindo-se assim as lutas contemporâneas do desejo, também designadas de revoluções moleculares. Considero que essa questão é relevante tanto por causa do contexto social, cultural e político em que se encontra o país, onde se pode verificar a crescente expansão de uma série de ideologias que se alinham a direita do espectro político e também porque acredito que se tornou um lugar comum, dentro e fora da academia, menosprezar a política de gênero como um aspecto “meramente cultural” como diz Butler. Essa atitude é reflexo do dogmatismo de certa ortodoxia da esquerda em ampliar o leque das possíveis lutas, mantendo a desastrosa separação entre o âmbito material e simbólico que já se mostra insuficiente para articular alternativas políticas viáveis no mundo contemporâneo. As questões pós-identitárias podem construir uma eficaz unidade política que não reproduza os sujeitos revolucionários imperializantes e totalizantes dos marxismos e feminismos anteriores – movimentos teóricos e políticos que têm sido incapazes de responder às consequências da desordenada polifonia surgida do processo de descolonização (HARAWAY, 2000).

Referências teórico metodológicas

Neste apartado me interessa conceitualizar o capitalismo na medida em que o sistema de semiotização que este põe em ação sobre o conjunto do campo social, permite estabelecer inscrições na produção do desejo, formação da identidade e a construção valorizada da geografia corporal. Ou seja, a produção capitalista é um dos eixos que permitem compreender o gênero quanto um conjunto homogêneo de um corpo e um desejo que devem funcionar numa direção determinada, todo o qual se faz inteligível culturalmente à pessoa mediante a concreção de identidade (BUTLER, 2007). Guattari define o capitalismo como um “modo de avaliação” e técnica de controle dos agenciamentos de potência e suas formações de poder correspondentes (GUATTARI, 2004: 102). Por agenciamentos deve-se entender a concatenação de componentes heterogêneos: sociais, biológicos, maquínicos e libidinais, cuja relação cria coeficientes de potência maquínica. Esta interação é possível devido a um

sistema geral de semiotização que consiste na inscrição e equivalência de bens econômicos e materiais, atividades humanas individuais e coletivas e processos técnicos, industriais e científicos (GUATTARI, 2004: 102).

Por semiotização entendo uma semiótica a-significante que opera mediante cadeias sintagmáticas capazes de incidir diretamente sobre os seus referentes em uma interação diagramática ou de inscrição. À diferença das semiologias significantes baseadas na articulação entre significante e significado, a semiótica a-significante seria como a escritura musical, a matemática e a sintaxe informática, no sentido que opera em todas elas – como no capitalismo – um diagramatismo no qual os sistemas de signos trabalham diretamente sobre os signos aos quais se referem, ou seja, o referente do objeto é produzido pela semiótica mesma, ao contrário dos sistemas semiológicos tradicionais que operam através da divisão língua/ escrita, etc., segundo este sistema o capitalismo inscreve diagramaticamente o conjunto do campo social. Hoje em dia vemos a perda da importância do trabalho físico em si (importância dada por Marx) mas por outro lado vemos vários agenciamentos maquínicos que têm lugar nos processos de produção capitalista. A produção deve ser entendida no sentido lato (produção material, produção econômica, produção desejante) no qual a máquina corporal se relaciona com outras máquinas (informáticas, comerciais, visuais e libidinais) onde a extração de plus-valor maquínico se dá em qualquer momento da interação e não apenas no âmbito do trabalho. Dessa forma o capitalismo incita a proliferação dos pontos de fuga (como a redução da jornada laboral) para logo atá-las na cadeia sintagmática da que forma parte, como por exemplo, o ócio difundido pelos meios de comunicação de massas, concretando assim a extração de plus-valia maquínica. A partir dessa linha de análise é possível compreender sua incidência em fenômenos históricos concretos. Se é possível encontrar “sistemas de capitalização de poderes” em sociedades arcaicas (como por exemplo o capital de prestígio e a sua correspondente semiotização), apenas no modo de produção capitalista se criou a automatização de um sistema de semiotização deste processo de capitalização. Isso ocorre devido a desterritorialização dos modos locais de semiotização de poder, seguida de uma reterritorialização em um sistema geral de inscrição de dito poder baixo à hegemonia da burguesia dos Estados-nação.

O território deve ser compreendido, segundo Guattari, como um sistema no qual o indivíduo se sente na “sua casa”. Um território sempre remete a um determinado código social, cultural, material e libidinal. Já a desterritorialização seria quando o território se abre, gerando a abertura de todos os códigos e a sua correspondente descodificação, podendo levar o

dito território à extinção ou sua reterritorialização. Um exemplo de reterritorialização seria o trabalhador do campo que migra às cidades. A plus-valia implica a reterritorialização por parte do capital da desterritorialização previa em que se encontra o trabalhador despossuído dos meios de produção. É assim que funciona o mecanismo geral da axiomática capitalista, entendida como um sistema de relações diferenciais entre fluxos descodificados. Para Deleuze e Guattari “o desejo não está associado à representação. Com independência das relações subjetivas e intersubjetivas, ocupa uma posição que lhe permite produzir objetos e os modos de subjetivação que lhe correspondem” (GUATTARI, 2004: 135).

Tanto a produção capitalista quanto a produção desejanter operam com sintagmas a-significantes que rompem com a separação entre significante e significado, palavra e coisa representada. Só que a semiótica capitalista reúne registros heterogêneos (materiais, sociais e libidinais) para dá-lhes plus-valor maquínico. Neste sentido o capital coloniza o desejo, atribuindo-lhe determinado valor, segundo a operação maquínica e extração de plus-valia. Ao mesmo tempo ocorre uma adesão inconsciente ao capitalismo que acaba por frustrar os agenciamentos revolucionários. Mas tanto Deleuze quanto Guattari manifestam uma grande confiança nas possibilidades subversivas do desejo, na medida em que a sua inscrição nas linhas desterritorializadas do capital supõe a desterritorialização do desejo, o que pode provocar ou bem sua axiomatização ou bem a sua incorporação no registro das revoluções moleculares, termo que Deleuze e Guattari assinam as lutas contemporâneas por liberdades em contraposição as lutas molares (sociais, econômicas, sindicais, etc).

No registro das políticas pós-identitárias adquire grande importância o desejo concebido como fluxo semiótico. Como mecanismo de valorização, o capitalismo regula as formações de poder, articula a produção de corpos normais e identidade de gênero estáveis. O capitalismo gestiona agenciamentos maquínicos que valorizam certa estética corporal e certos estereótipos de gênero mercantilizando-os, o que explica a objetificação do corpo feminino, que no domínio do conhecimento é o equivalente a ilusão e a abstração proveniente da alienação do trabalho, segundo o marxismo (HARAWAY, 2000). Acredito que a desconstrução do gênero questiona em si mesma os modos de operação capitalista descritas anteriormente. As operações do capital concentram e exercem poder; poder que modela corpos e gêneros. As políticas queer enquanto agenciamentos maquínicos do desejo, devem subverter as operações de semiotização do capital e questionar as formações de poder construídas por ele. À medida em que o ocidente é semioticamente desconstruído, as identidades são desestabilizadas.

Segundo Donna Haraway (2000), a libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade (HARAWAY, 2000). No *Manifesto ciborgue*, ela empreende a discussão sobre a formatação de novos significados que abalem o sistema simbólico capitalista abaixo o patriarcado, postulando um contraponto ao pensamento totalitário presente nos imaginários dos grupos e indivíduos progressistas.

O ciborgue não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior. Em certo sentido, o ciborgue não é parte de qualquer narrativa que faça apelo a um estado original, de uma “narrativa de origem”, no sentido ocidental, o que constitui uma ironia “final”, uma vez que o ciborgue é também o *telos* apocalíptico dos crescentes processos de dominação ocidental que postulam uma subjetivação abstrata, que prefigura um eu último, libertado, afinal, de toda dependência- um homem no espaço (HARAWAY 1999).

Junto ao surgimento do capitalismo nos séculos XVIII ao XIX, ocorreu uma série de novos processos relacionados a categorias e classificações em torno do desejo, da sexualidade dos indivíduos, de disciplinamento, normalização e subjetivação (processos de categorização e classificação do desejo, reterritorializações do capital), junto com a formação de uma série de instituições (hospitais, prisões, psiquiátricos) ao redor da consolidação dos Estados modernos, exaustivamente analisados por Foucault ao longo de toda sua obra (FOUCAULT, 1998, 2004, 2008). Este conjunto de processos, categorizáveis no conceito de modernidade, se inscrevem também no interior das relações capitalistas: o transcurso de uma sociedade de soberania – donde importa gravar a produção mais que organizá-la, decidir a morte mais que administrar a vida à uma sociedade disciplinária – na qual, pelo contrário, a produção se organiza em torno a grandes centros de encerro e começa a aparecer novas disciplinas orientadas a administrar a vida; é o correlato no campo social da axiomatização capitalista.

Foucault agudamente concebeu os termos de economia, tanto que pôde apreciar sua circulação e concentração em determinadas áreas e certas instituições; o que condiz com o movimento de valorização e gestão das formações de poder por parte da semiotização capitalista. Só no final do século XIX é que se começa a perceber o efeito dessas mudanças na América Latina, quando nestas sociedades “os procedimentos de saber e poder tomam em conta os processos da vida e começam a tarefa de controlá-los e modificá-los” (FOUCAULT, 2008: 134). É o começo do biopoder, poder de organizar a vida, no sentido de vida biológica e

não de vida em comunidade, que até então havia ocupado a política, processo no qual o sexo tem um papel fundamental, já que se encontra “no cruzamento de dois eixos, ao largo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida” (FOUCAULT, 2008).

O sexo dá acesso ao corpo e a vida da espécie e ao redor dele se elaboram disciplinas especializadas em manejar o corpo como políticas que visam assegurar e administrar a morte ou sobrevivência de populações inteiras. O sexo é para Foucault uma construção artificial no interior do dispositivo de sexualidade e também é fator que possibilita a sua proliferação. É assim que desde o começo da modernidade proliferou uma série de discursos em torno do sexo (demográficos, médico, psiquiátrico, moral, político, pedagógico, etc.), que como aspecto da vida, deve ser controlado e normalizado, “através de tantos discursos se definiu uma norma de desenvolvimento da sexualidade desde a infância até a velhice e se caracterizou com cuidado todos os possíveis desvios” (FOUCAULT, 2008).

Seguindo essa proposição, pode-se dizer que “ser mulher” significa pertencer a uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis (HARAWAY, 2000) Neste sentido o corpo já não é visto como a “base material” em que se inscreve o gênero e sim como um “limite variável, uma superfície cuja permeabilidade está politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural no qual há uma hierarquia de gêneros e heterossexualidade obrigatória” (BUTLER, 2007). O exercício de práticas sexuais que abrem novos orifícios e superfícies a novas significações eróticas reinscrevem o corpo nas novas linhas culturais que deslocam o limite de permeabilidade e impermeabilidade, desconstruindo o corpo mesmo. A principal estratégia de subversão para Butler (seguidora de Foucault) é a paródia, a atuação paródica de gênero, como no caso dos travestis, que tentando emular o original deixa ver a artificialidade da convenção. A subversão também é possível através da inversão de termos degradantes, como “veado” (presente em uma das pinturas da exposição Histórias da sexualidade) e através da repetição progressista de um termo reacionário “com o fim de levar a cabo uma reterritorialização subversiva”.

Jürgen Habermas junto a Foucault elaboraram abordagens complementares de crítica social a partir de um viés ético sobre como as instituições, as normas e os discursos compõem, condicionam e visam dar-lhes novas significações para a modelagem de atos de resistência. Dito processo é concebido de maneira distinta segundo os dois autores. Habermas se atém no modo como cada indivíduo desenvolve aspectos (competências) comunicacionais ligados à ética da troca discursiva racional; já de acordo com Foucault é a ética subjetiva que

desafia o poder em sua configuração relacional e intersubjetiva (ver a complementação desta proposição na axiomática capitalista conceituada por Deleuze e Guattari no começo desse apartado). De uma forma geral, se pode dizer que para Habermas a autonomia política é um processo marcado pela troca de argumentos e pela justificação recíproca das razões que os sustentam. Na perspectiva habermasiana, são os embates argumentativos na esfera pública que conduzem a uma luta coletiva que envolve a transformação de identidades, vínculos e fazeres institucionais. Este autor concebe um modelo de democracia baseado na ética da discussão que promoveria a emancipação e a justiça através da tradução das experiências subjetivas para a linguagem comum do direito e das normas. Por outro lado, Foucault acredita que os processos relacionados a categorias e classificações em torno do desejo, da sexualidade dos indivíduos, de disciplinamento, normalização e subjetivação, que tornam os sujeitos legíveis culturalmente e politicamente governáveis, são processos passíveis de se resistir através de táticas contra-discursivas, da ética do cuidado de si (técnicas que enfatizam a liberdade dos indivíduos e de seus modos de vida).

Em Foucault, segundo Habermas, não encontramos a perspectiva segundo a qual espaços deliberativos são a condição de possibilidade para que emergjam novos vocabulários, quadros normativos, demandas de reconhecimento – todos importantes para o desenvolvimento de capacidades críticas e reflexivas e para a auto-transformação. Habermas enfatiza o valor do argumento baseado na verdade e no direito como forças que atuam contra o poder; já Foucault desconfia desse valor de verdade dos argumentos alegando que eles estão condicionados por enquadramentos históricos de entendimento e interpretação, sendo, portanto, constituídos pelas relações de poder. O que difere os dois filósofos é a abordagem sobre o tipo de relação que modela o sujeito político autônomo. As interações comunicativas em Foucault resultam de ações estratégicas condicionadas por relações de poder. Segundo este autor, o poder se configura como uma teia de relações nas quais os sujeitos agem uns sobre os outros, constringendo suas ações, sem que esteja fixo a uma posição, em indivíduo, em grupos ou instituições isoladas. As relações de poder se exercem, nesse sentido, através da produção e troca de signos, em interações nas quais os agentes produzem ações com potencial de impactar as ações dos seus interlocutores. Sendo assim, o poder tem uma dimensão relacional e comunicativa, necessitando que os sujeitos em relação sejam livres, reconhecidos e mantidos como sujeitos de ação. Relações e interações não são para Foucault relações de violência, pois para ele, enquanto a violência destrói, encerra possibilidades, submete e oferece a passividade como única alternativa possível; as relações de poder

(biopoder) alimentam a invenção, a potência do devir e a resistência. Já Habermas idealiza as interações comunicativas que visam buscar o entendimento, considerando-a isenta de constrangimentos de poder. Ambos problematizam as formas de regulação de limitações à ação e formas de dominação como aspectos centrais do seu pensamento, mas enquanto Habermas enfatiza uma regulação via teoria discursiva universal, Foucault busca entender as relações de poder existentes em contextos específicos.

Uma diferença que o próprio Foucault identifica entre ele e Habermas se localiza justamente na interpretação de que a ação comunicativa desconsidera as assimetrias e desigualdades de poder. Foucault a partir do final dos anos 1970 (na sua fase arqueológica, na qual postulava que o sujeito é constituído via discurso) reforça suas ideias a respeito de como as demandas de validade do discurso são condicionadas por enquadramentos históricos afetados por relações de poder. Foucault postula a resistência existencial através do cuidado de si e da modelagem da subjetividade a partir de uma ética do autoentendimento. Por meio dela questiona-se como as pessoas se submetem a técnicas de autocontrole que gerenciam e reduzem sua agência, configurando modos mais subjugados de construir e entender as identidades. Assim, o sujeito é constituído por forças que podem ser verificadas empiricamente a partir da análise de regimes de conhecimento e poder. Ela resulta no mapeamento das condições discursivas e socioculturais de possibilidade da subjetividade (localizadas precisamente em um momento histórico e cultural), lembrando que o sujeito pode parcialmente transformar essas condições em um processo de autocriação e autotransformação permanente.

Outra diferença contundente entre Habermas e Foucault diz respeito a questão que orienta a busca de Habermas por uma filosofia do sujeito orientada pela ação comunicativa. Ao configurar sua ética do discurso, Habermas (2007) buscou erguer um arcabouço normativo fundamentado em princípios e regras para conduzir as interações coletivas responsáveis, por meio do debate isento de constrangimentos de poder e desigualdades (e que seria, assim, capaz de produzir democracia e justiça). Habermas acusa Foucault de desmobilizar a vontade de resistir contra a dominação, justamente por não oferecer um programa normativo para práticas de insurgência. Na visão de Habermas, a justiça social e a produção de relações simétricas entre os indivíduos dependem de noções normativas como direitos, verdade, autonomia, reciprocidade e publicidade. Foucault questiona a capacidade do discurso de problematizar injustiças, já que os discursos são perpassados por relações de poder e amplamente partilhados. E são eles que preparam o pano de fundo nos quais os

agenciamentos dos sujeitos (e os próprios sujeitos) tomam forma. Assim, para Foucault, as demandas de validade que se constituem como principal elemento da prática comunicativa de Habermas seriam parciais, fruto de constrangimentos diversos e incapazes de traduzir a experiência em discurso.

Depois de esboçar os mecanismos de avaliação capitalista a partir de Deleuze e Guattari e sua coagulação no conjunto do campo social através de Foucault, e também a constatação da validade deste aparato teórico a partir da contestação à contra-argumentação habermasiana, se pode vislumbrar os agenciamentos que subjazem a cruzada moral levada a cabo nas redes sociais. Toda esta querela moralista pode ser compreendida a partir de como o capitalismo agencia o desejo. Se pode notar isso com mais concretude a partir da análise que faz Paul Preciado no livro *Testo Junkie* no qual postula o modo como o discurso médico fez da libido uma entidade tangível e o modo como o capitalismo passou de disciplinar ao capitalismo de controle a partir do domínio desta matéria prima. O verdadeiro motor do capitalismo atual é o controle farmacopornográfico da subjetividade, cujos produtos são a serotonina, dopamina, cortisona, escitalopram, benzodiazepínicos, antibióticos, morfina, insulina, fluoxetina, sildenafil (viagra), barbitúricos, ritalina, álcool, tabaco, etc. e todo aquele material-virtual que pode ajudar a obter estados psicossomáticos de relaxamento, excitação e descarga. Até o dinheiro se converte num significante abstrato psicotrópico. Os teóricos do pós-fordismo (Hardt, Negri, Virno) sugeriram que a matéria prima do capitalismo é o saber, a informação, a cultura e as relações sociais. A produção capitalista englobaria a produção de símbolos, de linguagem e de informação como produção de afetos.

A questão da pós-verdade é frequentemente evocada para elucidar a questão, mas acredito que este conceito oferece uma resposta parcial, já que a mentira sempre esteve presente no jogo político e também porque na sociedade pós-industrial hiperconectada não se pode falar de ideologia, de falsas apreciações da realidade, e sim de agenciamentos. O capitalismo agencia o desejo.

Na verdade, todo esse plano de organização de uma formação social capitalista requer um diagrama (Pierce) virtual e não formal de forças que trabalham de maneira microfísica, concretando-se através de agenciamentos de poder que se constituem como dispositivos ou máquinas sociais de produção de subjetividade. Com isso, pretendo desvelar como as redes sociais se tornaram arquiteturas computacionais idôneas para estes agenciamentos coletivos reacionários, através da capilarização de modos de controle e poder que circulam através do fluxo semiótico que atravessa os distintos *gadgets*. A tecnologia digital se baseia na inserção

de memes neurolinguísticos e dispositivos automáticos na esfera da cognição e nas formas de vida. Se pode dizer que o cérebro social está sofrendo um processo de cabeamento, mediado por protocolos linguísticos imateriais e dispositivos eletrônicos. A natureza *multitasking* ou a abertura de janelas hipertextuais causam um “*delay*” que distorce as formas sequenciais de elaboração mental, o que acaba por incidir na capacidade crítica dos indivíduos.

Crítica é a capacidade de distinguir, particularmente, de diferenciar entre a verdade e a falsidade das afirmações. McLuhan escreveu que quando a simultaneidade substitui a sequencialidade — ou seja, quando a afirmação se acelera sem limites — a mente perde sua capacidade de discriminação crítica, passando daquela condição a uma neomitológica (BERARDI, 2017).

Em sociedades pequenas e fechadas, seja campesina ou tribal, o fluxo informativo não vai além do que o indivíduo necessita e pode absorver, a comunicação humana é intensa, profunda e integral, ao contrário que se dá em sociedades abertas e em expansão.

O capital financeiro não só constitui o ponto mais avançado da “abstração”, já destacado por Marx, como também, na perspectiva da comunicação, introduz, de forma radical, a autonomização do signo e de seu impacto na produção artificial de conteúdos imateriais que, no entanto, definem o vínculo com a realidade determinando a busca de rentabilidade por parte de um capital que abandonou a esfera da produção para se centrar na esfera financeira. Ao se evaporar a referencialidade, o que também se encerra é a vinculação argumentativa, abrindo passagem à fabricação de sujeitos impulsionados por signos vazios e abstratos que impactam de cheio na dimensão afetiva e sensível (BERARDI, 2017).

Segundo Berardi, isto se torna empiricamente observável nas estratégias elaboradas pelos meios de comunicação para lograr criar dispositivos que operam sob a lógica dos memes neurolinguísticos (BERARDI, 2009) que buscam transpor a inata capacidade reflexiva dos telespectadores ou usuários de internet e de redes sociais, até alcançar o âmago de sua sensibilidade e afetos, onde as respostas se efetivam através do gesto automático que opera como um bloqueador de qualquer ação argumentativa. Berardi elabora um conceito que visa abarcar a atual etapa da sociedade dominada pela confluência do semiológico e do financeiro:

Chamo de semiocapitalismo a atual configuração da relação entre linguagem e economia. Nesta configuração, a produção de qualquer bem, seja material ou imaterial, pode ser traduzida a uma combinação e recombinação de informação (algoritmos, figuras, diferenças digitais). A

semiotização da produção social e do intercâmbio econômico implica uma profunda transformação no processo de subjetivação. A infosfera atua diretamente no sistema nervoso da sociedade, afetando a psicosfera e a sensibilidade em particular. Por esta razão, a relação entre economia e estética é crucial para entender a atual transformação cultural (BERARDI, 2017).

É interessante notar que o paralelo entre a supremacia do capitalismo financeiro e o consequente domínio e mercantilização de todos os aspectos da vida é estruturalmente análogo à decisão de optar por um regime fascista em vez de uma ditadura militar por parte da elite industrial e financeira da Alemanha pré-guerra:

O Grande Capital não se privou-se deste meio incomparável, insubstituível, de penetrar em todas as células da sociedade, que são as organizações de massa fascistas. efetivamente uma ditadura militar não teria conseguido esquadrihar as massas com a mesma eficácia de um partido organizado de forma policial. uma ditadura militar não capta da mesma maneira a energia libidinal que uma ditadura fascista (GUATTARI, 1999).

O que leva a proposição de Bifo Berardi, revisionista da obra de Guattari:

As redes sociais são, ao mesmo tempo, uma expansão enorme – virtualmente infinita – do campo de estimulação, uma constante cooptação do desejo e, ao mesmo tempo, uma frustração contínua, uma protelação infinita do prazer erótico, embora nos últimos anos tenham sido criadas redes sociais que têm como função direta o convite sexual. Não creio que as redes (nem a tecnologia em geral) possam ser consideradas como causa da deserotização do campo social, mas creio que as redes funcionam no interior de um campo social deserotizado, de tal maneira que confirmam continuamente a frustração, enquanto reproduzem, ampliam e aceleram o ritmo da estimulação (BERARDI, 2017).

É patente que os agenciamentos coletivos de enunciação (conceito que se refere aos processos de subjetivação, de semiotização, ou seja, toda produção de sentido, de eficácia semiótica) reacionários que levaram à censura da exposição dialogam com o substrato mental totalitário da sociedade brasileira, resíduo de mais de duas décadas de ditadura militar, que conduziu à cristalização de um imenso desejo coletivo que visa aniquilar os novos agenciamentos do desejo, como as teorias e políticas queer; posto que a sua insistência no papel do capitalismo enquanto produção de sexualidades e gêneros contemporâneos, afirma que o objetivo das políticas e teorias queer é desterritorializar tanto o espaço corporal como o urbano. As novas lutas pós-identitárias, e as políticas queer entre elas, inscritas por Guattari no registro da revolução molecular, formam parte desse movimento de

desterritorialização generalizada, que paradoxalmente contém novos coeficientes de liberdade irrecuperáveis pelo capitalismo.

De fato, os axiomas do capitalismo – desterritorialização, multacentralização, segmentariedade – podem, em tese, bloquear de maneira relativamente fácil as lutas molares, mas jamais conseguirão acabar com a proliferação do desejo dos diferentes grupos sociais. Isto sucede porque as revoluções moleculares – e as políticas queer entre elas – não só têm a ver com a micropolítica em si, mas também, e sobretudo, com a produção de coeficientes de desejo irrecuperáveis pelos axiomas do capital. O desejo enquanto fluxo extrapola qualquer mecanismo de recuperação capitalista, daí que o centro nevrálgico da questão seja articular este registro de agenciamentos revolucionários com as lutas políticas, o que poderá suscitar transformações sociais e econômicas em grande escala.

Bibliografía

BUTLER, J. **El género en disputa**. Barcelona, Espanha: Paidós, 2007.

FOUCAULT, M. **Historia de la locura**. México: F.C.E, 1998.

FOUCAULT, M. **Vigilar y castigar**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

GUATTARI, F. **Plan sobre el planeta. Capitalismo mundial integrado y revoluciones moleculares**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

GUATTARI, F. e DELEUZE, G. **El antedipo. Capitalismo y esquizofrenia**. Barcelona, Espanha: Editora Paidós, 1998.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2012

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999

HARAWAY, D. **Manifesto ciborgue**. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T.

(org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica. 2000.

MARQUES, A.C.S. **Habermas e Foucault: crítica social, ética e interações comunicativas**. In: MATTOS, M.A.(Org.) *Metapesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2018.

Semiocapitalismo. Revista UHI-online, São Leopoldo -RS, 30 de julho de 2017.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/570100-o-semiocapitalismo>>

